

## **BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA EM TRÊS DIMENSÕES**

**José Augusto Guilhon Albuquerque**  
**Grupo de Estudos Brasil-China, Centro de Estudos Avançados**

### **Objetivo e abrangência da pesquisa**

A expressão “parceria estratégica” foi aplicada à relação bilateral do Brasil com a China durante o governo Itamar Franco (1992-1995), na primeira gestão do Embaixador Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores. No governo Fernando Henrique (1995-2003), a expressão continuou a ser usada, sempre para atribuir caráter especial às relações entre os dois países e, entre outras coisas, serviu para dar título a uma publicação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (1996) da Presidência da República.

Foi no governo Lula, entretanto, que as relações bilaterais Brasil-China ganharam um caráter especial, graças a uma combinação do crescimento extraordinário do fluxo de comércio e investimentos entre os dois países, com a prioridade atribuída pelo governo Lula às relações Sul-Sul e, de maneira especial, com os demais países chamados emergentes. Durante seu governo e, particularmente, em decorrência da crise de 2008, a China se tornou o maior parceiro individual do Brasil em comércio e investimentos, perdendo apenas para a UE e, em estoque de investimentos, para os EUA.

Durante seu governo, Lula visitou oficialmente a China em duas ocasiões, 2004 e 2009, e foi visitado duas vezes pelo presidente Hu Jintao. Segundo seu próprio cômputo Lula se encontraria um total de nove vezes com seu parceiro chinês entre 2008 e 2009, um número impressionante. Não se pode ignorar, portanto, a excepcionalidade das relações entre os dois países, mas isso não caracteriza, por si só, a sua natureza. Para quem esteja familiarizado com os documentos e declarações publicados pela imprensa, não fica clara a extensão da parceria nem seu caráter estratégico. Tem-se a impressão de que a expressão “parceria estratégica” é, sobretudo, uma metáfora da prioridade dada pelo governo brasileiro ao volume crescente das relações com a China e à expectativa de estreitar os laços políticos com o gigante asiático.

O objetivo da pesquisa, cujas primícias são o objeto desta apresentação, é entender a natureza e os efeitos reais da prioridade atribuída às relações bilaterais com a China pelo governo brasileiro na era Lula. Para tanto é necessário, antes de tudo, estabelecer os diferentes significados

atribuídos pelos atores governamentais a essa relação especial e ao seu caráter estratégico. Para atingir esse objetivo, vamos tentar, nesta parte do trabalho, evidenciar a percepção sobre a China e sobre a natureza e o conteúdo da parceria estratégica com o Brasil por meio de uma análise dos discursos e entrevistas do presidente Lula durante sua segunda viagem à China.

Este objetivo – entender a natureza e os efeitos reais da parceria Brasil-China – não pode ser alcançado apenas mediante a presente análise. Além do discurso presidencial seria indispensável investigar também amplo material documental referente à parceria – não restrito às viagens presidenciais - sobre outros atores governamentais relevantes, *communiqués* relativos às visitas presidenciais, atos bilaterais e, se possível, relatos de reuniões entre os parceiros, telegramas diplomáticos, etc. Enquanto não se pode proceder a uma investigação mais abrangente, a presente análise constitui um primeiro passo para uma discussão mais objetiva da parceria estratégica Brasil-China que não se apoie unicamente em interpretações genéricas e juízos de intenções.

Vamos nos restringir à segunda viagem de Lula (maio de 2009), porque ela se beneficia de seis anos de intensas relações do governo Lula com a China e porque a questão do conteúdo e da abrangência da parceria estratégica dos dois países foi um dos focos principais dos pronunciamentos de Lula na viagem, tendo sido objeto de todos os discursos, entrevistas e atos assinados por Lula. O material objeto da presente análise é constituído por dois discursos e 3 entrevistas, tal como se encontram no *site* oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: Entrevista exclusiva por escrito à agência de notícias Xinhua às vésperas da viagem (Entr. Exclusiva 16.05.09); Discurso na inauguração do Centro de Estudos Brasileiros da Academia de Ciências Sociais da China (Disc. CEB 19.05.09); Discurso de encerramento do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica (Disc.Parceria 19.05.09); Entrevista coletiva a jornais chineses (Coletiva 20.05.09); Entrevista coletiva após assinatura de atos na Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (Coletiva Tecnoespacial 20.05.09).

### **Dimensões da parceria no discurso de Lula**

Após um levantamento de todos os atores, ações e relações encontrados nos textos acima enumerados, pudemos verificar a ocorrência de três dimensões em todas as menções diretas ou indiretas à noção de “parceria estratégica”, isto é, não apenas as que empregavam a própria

expressão, como também as que mencionavam apenas parceria, ou mencionavam as relações entre os dois países sem empregar o termo parceria nem qualificá-la como estratégica.

### **Fluxo bilateral de comércio e investimentos**

A dimensão que vem sempre em primeiro lugar no discurso presidencial, e que ocorre com frequência incomparavelmente maior, é a dimensão de comércio e investimentos. Sempre que se refere à China e sua relação com o Brasil, Lula serve-se do fluxo de comércio e investimentos entre os dois países, seja para exemplificar a natureza dessa relação, seja para justificar seu caráter excepcional. O principal corolário da existência de uma relação excepcional – qualificada ou não como estratégica – vem a ser, portanto, a existência de um fluxo de comércio muito relevante, que cresce em ritmo exponencial e tem pela frente um potencial frequentemente apontado como “infinito”. E isso a ponto desse corolário aparecer, na prática, como sinônimo de parceria estratégica.

De fato, embora o fluxo de comércio e investimentos – mais o primeiro do que o segundo – seja frequentemente citado para justificar ou exemplificar a parceria estratégica sem menção de outras dimensões da parceria, as demais dimensões são sempre acompanhadas de menções a comércio e investimentos. Enquanto o fluxo de comércio é sempre glosado com a ajuda de exemplos, números e anedotas, a menção a outras dimensões é, na maioria das vezes, puramente enumerativa.

Em sua primeira coletiva em Pequim (Coletiva 20.05.09)<sup>1</sup>, perguntado “como está a associação estratégica entre ambos os países”, Lula inicia sua resposta com especial destaque ao comércio:

*Bem, primeiro é **extremamente auspicioso para o Brasil** e para a China que, ao comemorarmos 35 anos de relações diplomáticas, **a China já seja o primeiro parceiro comercial do Brasil**. Nos quatro primeiros meses deste ano, a China ultrapassou os Estados Unidos. (Coletiva 20.05.09)*

Compare-se com as menções puramente enumerativas a outras dimensões, como nas duas ocasiões em que Lula se referiu ao excepcional potencial das relações entre Brasil e China, nesta mesma entrevista, sem elaborar sobre os conteúdos não-comerciais da parceria:

---

<sup>1</sup> Registrada como coletiva a jornais chineses no site do Itamaraty, pode tatar-se na verdade de coletiva aberta à imprensa internacional, uma vez que o único repórter que se identificou era de um jornal brasileiro.

*Ontem eu disse ao Presidente Hu Jintao, disse ao Primeiro-Ministro, disse ao Vice-Presidente que China e Brasil não têm que ter medo um do outro. Nós **ainda não exploramos 10% do potencial comercial, cultural e político** que nós temos. (Coletiva 20.05.09)*

Ou, mais adiante, indagado desta vez sobre como ficariam as relações Brasil-China na conjuntura mundial, Lula refere-se a outras dimensões não-comerciais de maneira puramente residual:

*Certamente - e eu disse isso ao Presidente Hu Jintao - Brasil e China ainda não exploraram 10% do **potencial na área comercial, na área política e na área cultural**. (Coletiva 20.05.09)*

### **Parceria internacional**

A segunda dimensão mais frequente no discurso presidencial é a da parceria propriamente dita, envolvendo divisão de tarefas e objetivos comuns. Aqui é preciso ter maior precisão para que as dimensões não se sobreponham, invalidando a tipologia. Algumas menções a relações que implicam cooperação com divisão de tarefas referem-se diretamente a objetivos de facilitar, ampliar e diversificar o fluxo comercial, como por exemplo a cooperação entre autoridades sanitárias e fitossanitárias dos dois países com a finalidade de remover ou diminuir barreiras ao comércio bilateral. Tais menções foram incluídas nas relações comerciais e de investimento.

Outra coisa é a divisão de tarefas para atingir objetivos comuns que não se limitam ao comércio bilateral, sejam eles políticos, econômicos ou mesmo comerciais. Respondendo, ainda à questão da parceria estratégica, o trecho seguinte delimita claramente a dimensão não-comercial da parceria:

*Nós somos dois grandes países com possibilidades extraordinárias **para trabalhar conjuntamente**. Na área do petróleo, na área da agricultura, na área espacial, no intercâmbio científico... [...] **Por quê? Porque China e Brasil jogam um papel extremamente importante nos fóruns multilaterais, no G20**. (Coletiva 20.05.09)*

Essa dimensão da parceria, que implica divisão de tarefas e objetivos comuns que vão além do fluxo de comércio, pode ser chamada de parceria internacional, para distinguir da primeira que é especificamente bilateral. A parceria internacional ocorre, como a primeira, tanto para justificar

como para exemplificar o caráter excepcional da parceria, com uma diferença: quando ocorre a Lula dar apenas um exemplo de parceria em geral, comércio e investimentos sempre lhe vêm à mente. Já nos casos aduzidos de parceria internacional os exemplos são quase todos empregados como justificativa explícita.

O trecho seguinte, da mesma entrevista, mostra bem a distinção entre as duas dimensões da parceria Brasil-China na percepção do governo Lula. Nele, o então presidente enuncia uma característica definida como intrínseca à parceria estratégica entre os dois países e, no ato, exemplifica com questões bilaterais de comércio. No movimento seguinte a resposta retorna à parceria estratégica para justificá-la com uma instância em que a colaboração entre os dois países tem por objetivo sua atuação fora da esfera bilateral:

*A nossa parceria estratégica pressupõe mais ousadia na relação entre os dois países. [...] Muitas vezes parece que temos divergência porque disputamos o mesmo mercado com alguns produtos nossos. [...] Mas, fora disso, China e Brasil têm tido um comportamento excepcional nos parâmetros multilaterais. (Coletiva 20.05.09)*

Curiosamente, esta resposta tem a mesma estrutura que a anterior, na qual, depois de enunciar o potencial extraordinário de atuação conjunta, Lula exemplifica com comércio de commodities e cooperação em ciência e tecnologia, para logo justificar: “Por quê? Porque China e Brasil jogam um papel extremamente importante nos fóruns multilaterais, no G20”. Assim sendo, o comércio é o exemplo mais à mão das potencialidades da relação bilateral, mas o que justifica a parceria é o objetivo a ser alcançado nos fóruns internacionais.

### **Dimensão da Identidade**

A terceira dimensão por nós definida é a dimensão da identidade. Trata-se de uma dimensão distinta da relação comercial e da parceria internacional porque, diferentemente delas, não resulta necessariamente da ação dos dois países.

As afinidades de diversas naturezas atribuídas ou existentes entre dois objetos, atores ou processos, não derivam necessariamente de um relacionamento deliberado entre os dois termos. Para dar um exemplo intuitivo, a relação de afinidade, derivada da semelhança de tamanho do território da China e do Brasil nada tem necessariamente a ver com a origem e a evolução histórica de ambos. No caso das relações de afinidade evocadas no discurso de Lula – tamanho

do território, semelhanças entre as economias, estágio de desenvolvimento, carências comuns – não estabelecem uma relação deliberada entre os dois países, mas são aduzidas para justificar e determinar, seja o fluxo de comércio e investimentos, seja a existência de parcerias internacionais.

A melhor maneira de entender essa identidade é a similaridade de nível de desenvolvimento. Para Lula, essa similaridade – e não a complementaridade – seria o principal fator de crescimento potencial do fluxo de comércio e investimentos. Isto fica claro no trecho seguinte:

*Eu não tenho dúvida nenhuma de que a relação entre China e Brasil só tende a crescer. Eu chego a dizer que ela é quase infinita, tal (sic) são as necessidades do Brasil, tal (sic) são as necessidades da China, tal é o potencial da China e o potencial do Brasil. A mesma coisa acontecerá na Arábia Saudita.* (Coletiva Tecnoespacial 20.05.12)

Como se pode ver, a dimensão de identidade de necessidades e potenciais nada tem a ver de específico com os dois países, nem deriva de um movimento de um em relação ao outro. Tanto é assim que se aplica igualmente à Arábia Saudita – cuja falta notável de afinidades com o Brasil não parece ser relevante.

A dimensão da identidade, como as demais, tanto aparece para exemplificar como para justificar a noção de parceria estratégica. No trecho acima, identidade determina o fluxo bilateral de comércio e investimentos e, portanto, justifica seu extraordinário potencial. No trecho abaixo, o primeiro exemplo que vem à mente do ex-presidente é a similaridade entre os países – no caso, de baixo nível de desenvolvimento econômico:

*É só você analisar a balança comercial entre o Brasil e os países ricos, e analisar a balança comercial entre o Brasil e a Argentina, entre o Brasil e a China, entre o Brasil e a Venezuela, entre o Brasil e a Colômbia, que vocês vão perceber que, **exatamente por termos muita similaridade e sermos mais ou menos iguais**, nós vendemos mais uns para os outros do que aos países ricos que só querem vender porque são mais detentores de tecnologia.* (Coletiva Tecnoespacial 20.05.12)

### **As dimensões residuais**

Dentre as relações bilaterais com a China, Lula emprega outras dimensões que podemos considerar residuais, como as relações culturais, políticas, a cooperação tecnológica. Elas são

essencialmente enumerativas, isto é, são evocadas para atribuir um contexto mais abrangente à parceria estratégica. Para tanto, essas relações são enumeradas lado a lado com os aspectos aos quais o discurso concede maior relevância, isto é, a identidade que determina o potencial do fluxo bilateral de comércio e investimentos, o qual soma-se a ela para justificar a parceria internacional. Mas, uma vez enumerados para cumprir, por assim dizer, seu papel contextualizador, desaparecem do discurso.

Para comprovar o caráter residual dessas dimensões, tomemos o caso da cooperação tecnológica que, embora pudesse ser tratada como corolário do fluxo bilateral de comércio e investimentos, também poderia ser incluída como uma dimensão autônoma. Juntamente com a diversificação e agregação de valor às exportações, a “parceria tecnológica” foi uma das principais justificativas da visita, aliás implícita no título do seminário promovido pelo governo brasileiro (“Novas oportunidades”).

Não por acaso, o tema veio à baila no primeiro pronunciamento de Lula no contexto imediato da visita. Na abertura da entrevista exclusiva por escrito à Agência chinesa Xinhua, concedida na iminência da viagem presidencial, Lula responde à pergunta inicial, sobre o propósito e objetivos desta segunda visita da maneira mais formal que caracteriza os textos escritos e chancelados pelo Itamaraty:

*Esta será minha terceira<sup>2</sup> visita à China, num reflexo da importância da parceria entre nossos dois países. Essa parceria se centra em três **principais pilares**, que minha visita pretende reforçar e consolidar. **No âmbito comercial**, a China é hoje o primeiro parceiro comercial do Brasil. Precisamos agora diversificar mais nossas trocas, sobretudo de forma a agregar maior valor às exportações brasileiras. Para isso, desejamos estimular mais investimentos chineses no Brasil, trazendo tecnologia e promovendo ganhos de produtividade.*

*No âmbito tecnológico, vamos aprofundar a parceria em alta tecnologia, reforçando o Programa CEBERS de lançamento de satélites de sensoriamento, e iniciar outros projetos conjuntos em biocombustíveis e biotecnologia.*

---

<sup>2</sup> Trata-se da segunda visita oficial de Lula, que contou também sua viagem a Pequim durante as Olimpíadas de 2008.

*Por fim, nossas duas grandes economias emergentes devem continuar a reforçar a coordenação que mostramos durante a Cúpula do G-20 financeiro, em Washington e Londres, para acelerar a reforma das instituições financeiras internacionais. No atual momento de quebra de paradigmas econômicos clássicos, a força de nossas economias nos habilita a contribuir de forma decisiva para a construção de um sistema de governança global mais equitativa e sustentável. (Coletiva exclusiva (16.06.09))*

Esta longa citação se justifica porque se trata de um resumo fiel de tudo o que Lula iria dizer nessa viagem. Se examinarmos bem o trecho, certamente elaborado pelo Itamaraty com todo o cuidado profissional que merece um pronunciamento presidencial às vésperas de uma visita à qual se concedeu alta prioridade, veremos que o texto estabelece diretrizes muito claras para a viagem, com uma combinação de desejo e realidade.

Das três dimensões destacadas na resposta do presidente, duas coincidem com nossa classificação, as relações no “âmbito comercial” e a “coordenação” entre os dois países nos fóruns internacionais, e são parte integrante das relações efetivamente existentes entre ambos. Quanto ao “âmbito tecnológico”, a resposta limita-se a registrar a intenção do governo brasileiro de “aprofundar a parceria”, “reforçar” um programa, e “iniciar outros projetos conjuntos”.

Uma coisa é, no âmbito comercial, o fato da China ter sido alçada ao posto de principal parceiro do Brasil e, no âmbito das ações internacionais conjuntas, a coordenação mostrada na Cúpula do G-20 financeiro; outra coisa é anunciar intenções no plano da parceria tecnológica. O mesmo se aplica também a uma parte das ações anunciadas no âmbito comercial, que não apenas limitam-se a intenções, mas além disso são atribuídas exclusivamente ao lado brasileiro. Omite-se a questão de saber se é do interesse chinês diversificar as trocas bilaterais “sobretudo” para agregar mais valor às exportações do Brasil, nem se faz parte da estratégia bilateral chinesa aumentar os investimentos no Brasil de modo a trazer tecnologia e aumentar a produtividade.

Nesta entrevista, com algo em torno de mil palavras, não obstante ser-lhe atribuído o status de um dos três pilares da parceria Brasil-China, a palavra “tecnologia” só reaparece duas vezes mais, no contexto da resposta à questão de saber “de que maneira poderão ser fortalecidas e desenvolvidas as relações na área de comércio e investimentos”. Seria a senha para desenvolver e explicitar tanto as intenções anunciadas no âmbito do comércio bilateral (diversificação e agregação de valor) quanto no âmbito tecnológico (investimentos chineses com transferência de



tecnologia e ganhos de produtividade para a economia brasileira). Mas, a não ser esses dois itens, a resposta nada acrescenta à *wish list* já apresentada na abertura da entrevista:

*“queremos que a China compre, no mercado brasileiro, com base na qualidade e na agregação de valor – e não simplesmente com base no preço baixo. Para isto **muito contribuiria** a realização de investimentos no Brasil para a produção de bens de alta tecnologia”.*

Poder-se-ia argumentar, *contrario sensu*, que essa entrevista, sendo por escrito, limita-se a respostas demasiado concisas para que pudessem apresentar exemplos mais abundantes e justificativas mais detalhadas, além de se restringirem obrigatoriamente aos assuntos abordados no questionário escrito. Embora não me pareça convincente, porque “a boca fala do que o coração está cheio” – e o coração de Lula se mostra cheio de comércio bilateral e de aumento da influência internacional - esse argumento pode ser confrontado com outras evidências que mostram o caráter, por assim dizer virtual, das dimensões que estamos considerando residuais.

Na abertura de entrevista concedida após a cerimônia de assinatura de atos na academia Chinesa de Tecnologia Espacial (Coletiva Tecnoespacial 20.05.12), Lula foi cobrado pela alegada falta de avanços na área de diversificação e aumento do valor agregado das exportações brasileiras para China. Em suas respostas, que se estenderam por cerca de 3 mil palavras Lula empregou uma só vez a palavra tecnologia ou seus derivados, mas não a expressão diversificação e agregação de valor das exportações brasileiras – nem as idéias correspondentes.

Cuirosamente, Lula emprega nesta resposta, já citada anteriormente, a palavra tecnologia, mas estranhamente para desfazer da importância do conteúdo tecnológico nas exportações do Brasil e das economias em desenvolvimento, e para desqualificar o comércio com os países desenvolvidos:

*É só V. olhar a balança comercial do Brasil com os países ricos, analisar a balança comercial do Brasil [com a China e países da América do Sul] para perceber que, exatamente **por termos muita similaridade e sermos mais ou menos iguais, nós vendemos mais uns para os outros do que aos países ricos, que só querem vender porque são mais detentores de tecnologia.** (Coletiva Tecnoespacial 20.05.09)*

Neste texto Lula deixa bem claro que, para ele, o conteúdo tecnológico das exportações não é vital para o intercâmbio com a China e outros países em desenvolvimento e que tal conteúdo é uma prerrogativa de que os países ricos se valem para impor sua superioridade no comércio com os demais.

Com relação às outras dimensões, aqui consideradas residuais, ocorre o mesmo que vimos quanto à dimensão de cooperação tecnológica, com a diferença de que aquelas não são definidas como “pilares” da parceria estratégica. Vejamos o caso das relações bilaterais não comerciais, geralmente enumeradas em conjunto – sociais, turísticas, culturais.

O discurso presidencial na Academia Chinesa de Ciências Sociais, na cerimônia de inauguração do Centro de Estudos Brasileiros, seria a oportunidade para o Presidente dar conteúdo à dimensão cultural das relações Brasil-China. Tanto mais que se trata de um discurso evidentemente lido, sem nenhum improviso, nem mesmo na saudação inicial, frequentemente empregada por Lula para destacar pessoas ou temas.

Entretanto, nesse discurso de cerca de mil palavras, em que praticamente percorre todos os aspectos da relação bilateral, do comércio à reforma das instituições econômicas e políticas internacionais, Lula refere-se ao intercâmbio cultural Brasil-China numa única frase:

*Queremos conhecer melhor a cultura milenar da China e gostaríamos que os chineses soubessem mais sobre a arte e a literatura brasileira.*

Para não ficar somente nisso, Lula também se refere, em outra frase, ao conjunto do intercâmbio não comercial e financeiro e não estatal, confirmando sua natureza residual:

*Precisamos promover o intercâmbio, o diálogo, a interação entre empresários, cientistas, estudantes, turistas, enfim, entre cidadãos brasileiros e cidadãos chineses.*  
(Discurso CEB 20.05.09)

À falta de conteúdo para dar sentido à relação bilateral, o texto opta por dar ênfase à forma e multiplica os sinônimos da palavra.

### **Os nexos causais da parceria**

A idéia de pilares da parceria sugere a noção de independência entre os fatores que sustentam uma mesma estrutura, mas não se sustentam entre si, pelo menos não necessariamente, embora possam reforçar-se mutuamente. Já a idéia de estratégia põe em jogo necessariamente a noção de

hierarquia: o alvo está acima dos instrumentos, os fins acima dos meios, o ponto de chegada acima do ponto de partida, as metas acima dos atores, conforme a definição de estratégia que se adote. Não é objetivo desta apresentação discutir a noção de estratégia e o que isso significa para uma parceria ou aliança entre dois países.

Minha hipótese é de que as dimensões do discurso de Lula sobre a parceria estratégica Brasil-China – aqui interpretadas como indicadores da percepção do ex-presidente sobre a natureza das relações entre os dois países – ao contrário de serem independentes, são hierarquizadas num nexo causal determinante. A dimensão que determinam a parceria é a identidade, que inclui, por um lado, variáveis como o nível de desenvolvimento econômico, a existência de um mercado interno grande e em rápida expansão, a carência de infraestrutura básica, física e de serviços. Já a dimensão do comércio bilateral é comandada pela identidade entre os dois países. É essa identidade, sobretudo entre necessidades dos dois países - isto é, sua demanda de produtos de massa e de novas tecnologias - o fator central que determina o rápido crescimento do comércio e dos investimentos entre os dois países e justifica o seu grande potencial, variáveis centrais da dimensão do comércio bilateral. O comércio bilateral, por sua vez, reforça a identidade entre as duas economias na medida em que foram conjuntamente atraídas para o centro da cena internacional por ocasião da crise de 2008<sup>3</sup>. Esse processo de atração acrescenta novas variáveis à identidade básica de condição de desenvolvimento econômico e social. Assim sendo, a identidade entre Brasil e China se enriquece com novos aspectos, tais como a carência de voz e poder decisório nos fóruns financeiros e políticos internacionais, à qual a parceria internacional dará resposta.

Com isso, a dimensão da parceria internacional, tal como a dimensão do comércio bilateral, também é determinada pela identidade. Assim sendo, o conjunto de afinidades que já determinara a existência e o grande potencial de relações bilaterais de comércio, agora ampliado com a percepção de novas carências de acesso aos fóruns decisórios internacionais, dá nova dimensão à parceria entre os dois países, na medida em que ressalta a possibilidade de atuar para

---

<sup>3</sup> A interpretação de Lula é um pouco diferente. O acesso dos Brics ao G-20 financeiro e a nova voz que adquiriram junto a instituições como o FMI e o BIRD são atribuídos por ele às políticas fiscais e aos programas de investimento público adotados pelos governos dos Brics, e não principalmente ao fato desses países terem sido menos afetados pela crise de crédito e de terem sido responsáveis pelo pouco que restou do comércio internacional e dos destinos atraentes de investimentos no exterior.

além das relações bilaterais e, portanto, de dividir tarefas com vistas a alcançar objetivos comuns.

Essa nova dimensão da parceria internacional aparece no discurso sempre associada à identidade entre os dois países e à importância internacional adquirida pelas duas economias. Entretanto, Lula a interpreta como sendo especialmente decorrente do reconhecimento, pelos países ricos, da sabedoria dos dois governos em empenhar-se no desenvolvimento de seus países e preocupar-se particularmente com os seus respectivos povos.

Assim sendo, quando Lula justifica a parceria internacional com a China, ele a atribui, às políticas adotadas pelos dois governos, o novo papel que ambos os países terão que desempenhar doravante na cena financeira internacional:

*É porque, neste mundo globalizado, em que os ricos já não têm tanta certeza como tinham no Século XX, não são tão perfeitos como eram no Século XX, e países como a **China e o Brasil se apresentam como alternativas concretas, ... que têm estabilidade econômica, ... que souberam cuidar da macroeconomia, ...que souberam fazer reservas, ...que, em vez de terem medo da crise, estão apostando que a crise é mais uma oportunidade para que a gente saia mais forte do que nós entramos, para que a gente possa ter coragem de fazer aquilo que nós até então não tínhamos coragem de fazer.***  
(Discurso Seminário Novas Oportunidades 10.05.09)<sup>4</sup>.

Noutro pronunciamento, desta vez por escrito, na entrevista exclusiva à Agência Xinhua, Lula já abordara o tema da parceria internacional a partir dessa mesma perspectiva. Nesta entrevista por escrito, no entanto, além de destacar a contribuição específica do Brasil, menciona a importância da parceria comercial com a China como fator relevante na reação à crise internacional. O tema veio à baila em resposta a uma pergunta sobre o papel dos dois países na superação da crise financeira internacional:

*O prioritário é procurar a manutenção dos fluxos comerciais, apoiando financeiramente os parceiros e utilizando o FMI como instrumento de apoio aos países deficitários. Isto requer **preservar a demanda doméstica e coordenar internacionalmente a regulação***

---

<sup>4</sup> Este trecho se encontra na parte improvisada do pronunciamento, cuja primeira parte foi lida de um texto escrito.

*financeira, de modo a impedir o novo agravamento da crise. Brasil e China têm expandido muito sua parceria comercial nos últimos anos. Da mesma forma seu papel no cenário mundial tem-se destacado, para o quê, muito contribuiu o manejo apropriado da crise internacional na esfera nacional, em particular na preservação de bancos sólidos. No caso específico do Brasil, investimentos maciços na consolidação da rede de proteção social foram medidas fundamentais para proteger a demanda e atingir objetivos de justiça social no longo prazo. (Coletiva exclusiva 16.05.09)*

### **Algumas conclusões preliminares**

Depois de executada a fase analítica inicial, duas categorias de parcerias se destacaram amplamente, as que apontavam a importância do fluxo de comércio e as que destacavam a divisão de tarefas com objetivos que vão além do bilateral. A decisão de adotar duas dimensões baseadas indutivamente nessas categorias mostrou-se produtiva, porque levou a um refinamento da análise, permitindo “encontrar” uma nova dimensão, da identidade, frequentemente associada, no discurso de Lula, à expansão do comércio e ao acesso aos processos decisórios internacionais. Parte dessas representações da identidade entre os dois países também eram confundidas com a parceria internacional. Distinguir a identidade das demais dimensões permitiu, não somente acrescentar essa nova dimensão - antes não evidente - mas também evidenciar o nexos causal atribuído às relações entre as três dimensões. Um proveito adicional foi abrir caminho para descartar com mais segurança o que consideramos categorias residuais, que nada acrescentariam à análise.

A análise de um dos pronunciamentos em particular permite comprovar esse acerto. O discurso presidencial no encerramento do Seminário “Brasil-China Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica” teve todo o seu foco voltado para a visão do governo brasileiro e a visão particular de Lula sobre o tema. O texto publicado no site do Itamaraty reúne a parte formal do discurso, baseada em um texto previamente elaborado na linguagem diplomática, e uma parte improvisada pelo presidente. Essas duas razões, o caráter bem focalizado deste pronunciamento e o fato de combinar a condição de texto previamente preparado e com a de improvisado o credenciam como um texto representativo, uma espécie de termo de referência para a análise da percepção governamental da parceria com a China.

Um levantamento a posteriori da distribuição das três dimensões da identidade, do comércio bilateral e da parceria internacional nesse discurso, mostra a ocorrência de 27 menções a tipos diferentes de parcerias, sendo 14 ao fluxo bilateral de comércio e investimentos, 7 à dimensão da identidade entre os dois países, 5 menções a parcerias internacionais, e apenas uma a categorias residuais.

Outra observação é que esse pronunciamento, diferentemente de alguns outros, mais focalizados no comércio, permite reconstruir toda a análise feita a partir do conjunto, isto é, evidenciar as três dimensões construídas para analisar as percepções encontradas no discurso presidencial sobre a parceria estratégica com a China, e comprovar a relação causal que essas percepções manifestam no discurso. Assim sendo, é possível afirmar que o fator determinante na percepção da parceria é a identidade entre os dois países, a qual provoca um extraordinário fluxo comercial bilateral e, em conjunto com o fluxo bilateral de comércio, atrai ambos os países para a busca de objetivos comuns no cenário internacional.